



Entidades do agro cobram apoio do governo para cumprir acordo de corte de metano feito na COP

**Grupos dizem que pacto assinado pelo
Brasil e mais de cem países é positivo,
mas pedem verba e assistência
técnica para fazer adaptações; gás
é o segundo maior responsável
pelo aquecimento global**

Entidades ligadas ao agronegócio veem como positivo o acordo assinado pelo Brasil e mais de cem países na Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP-26) para reduzir as

emissões de metano em 30% até 2030, ante os níveis do ano passado. Os grupos pedem, no entanto, que o governo federal disponibilize recursos e assistência técnica para que as adaptações sejam feitas. Até o momento, o País não divulgou quais ações serão tomadas e tampouco especificou se pretende cumprir a meta de forma integral.

Vice-presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e presidente do Instituto Mato-Grossense da Carne (Imac), Caio Penido afirma que enxerga o acordo firmado na COP-26 como uma oportunidade para o Brasil. “É uma agenda da qual não tem como o Brasil ficar de fora. Se a gente não entra, é pior. Imagina a imagem do Brasil como fica”, diz.

Ainda assim, como o interesse na redução da emissão de metano é coletivo, Penido defende que sejam criadas formas de incentivo. “O acordo é um estímulo à intensificação da tecnologia das fazendas, mas o produtor acaba tendo que investir”, explica. “Precisamos de assistência técnica e financiamento para promover essa intensificação, seja na parte de gestão, seja em melhoria genética.”

Para isso, ele acredita que seria importante obter apoio não só do governo brasileiro, mas também de outros países. “A gente tem que compartilhar o custo com o resto do mundo. O mundo quer usufruir disso, mas como vão ajudar?”, questiona. Ainda que mire a redução na emissão de metano, Penido explica que o avanço das tecnologias nas fazendas pode melhorar inclusive os índices de emissão de carbono, que atualmente são norteados no Brasil pelo Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono).

O vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (Faea), Muni Lourenço, enxerga de forma parecida. Para ele, a produção pecuária no Brasil tem feito um “esforço significativo para adotar boas práticas sustentáveis”.

“Esse esforço tem dois pilares: o cumprimento do Código Florestal, que é uma legislação ambiental robusta e rigorosa, e a crescente adoção por produtores rurais de novas tecnologias, principalmente as preconizadas pelo Plano ABC”, explica o vice-presidente da CNA. Ele destaca que, neste ano, o Plano Safra destinou 5 bilhões de reais para o Plano ABC, com o objetivo de reduzir a emissão de carbono.

“Com o acordo firmado na COP-26, é necessário ter mais recursos”, diz. Para entender como isso pode ser feito, o vice-presidente da CNA conta que a entidade pretende, “em um momento pós-COP”, discutir as definições das metas e metodologias específicas para que o Brasil consiga reduzir a emissão do metano.

Lourenço entende que “a adesão do Brasil ao compromisso global de reduzir a emissão de metano pode vir a ser uma oportunidade de aumento ainda maior da eficiência da pecuária brasileira”. “Mas, para isso, será fundamental a ampliação de incentivos e de acesso às tecnologias, justamente para dar escala às tecnologias resistentes à redução do metano. É preciso investimento”, reforça Lourenço.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) informou, em nota, que recebeu positivamente a adesão do Brasil ao acordo firmado pela Cúpula do Clima das Nações Unidas

(COP-26). Ao mesmo tempo, destacou que “a avicultura e a suinocultura, setores representados pela ABPA, são atividades com baixa emissão de metano, e que já incorporaram medidas de mitigação do gás”.

Já a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) apontou que a decisão não envolve diretamente os frigoríficos, uma vez que “se refere aos produtores rurais que criam e engordam gado”. Destacou ainda o fato de que, até o momento, não existe nenhuma medida prática sobre o que deve ser feito para reduzir o gás. No momento em que ações mais práticas forem adotadas, a entidade apontou que pode se posicionar.

Procuradas, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) e a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) informaram que não irão se posicionar sobre o tema neste momento.

Fonte: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,entidades-do-agro-cobram-apoio-do-governo-para-cumprir-acordo-de-corte-de-metano-feito-na-cop,70003888723>